
ESPAÇO URBANO E MEIO AMBIENTE: Duas Abordagens

Tiago Neves*

Partindo da apresentação de duas abordagens ao espaço urbano, uma mais centrada na cultura urbana e outra na economia política da cidade, reflecte-se acerca de diferentes problematizações das questões ambientais. Através do recurso aos trabalhos de Simmel e Benjamin, Engels e Castells, procura-se revelar a articulação existente entre o modo de conceber o espaço urbano e a forma de pensar o meio ambiente.

Introdução

Este artigo tem como propósito a apresentação de duas formas de conceber o espaço urbano, relacionando-as com algumas das problemáticas ambientais que delas podem emergir. Procura assim revelar, a partir do ponto de vista da sociologia urbana, que o entendimento das questões ambientais tem um dos seus pilares no modo de olhar o espaço urbano.

Assim circunscritos o ponto de partida, o objecto e o objectivo deste texto, o/a leitor/a dará seguramente pela omissão de inúmeras questões ambientais. O exercício a que me proponho não é, contudo, o da enumeração exaustiva dos problemas ambientais relacionados com o meio urbano nem o da sua ordenação por gravidade, urgência ou algum outro critério; não se encontrará aqui, portanto, nem um discurso ambientalista nem um ânimo prescritivo. O exercício proposto é de

* Assistente na FPCE-UP, investigador do CIE.

outra natureza: apontar para a estreita ligação entre as visões do mundo urbano e as concepções de meio ambiente e respectivos problemas, localizando a construção de noções de ambiente nas dimensões psicossocial, cultural e económica.

A concretização deste objectivo assenta na organização do artigo em três momentos: primeiro, numa breve explicitação da posição epistemológica a partir da qual o texto é construído; depois, numa apresentação de dois modos de conceber a cidade – como formação psicossocial e como economia política – relacionando-os com as configurações de problemáticas ambientais que neles têm raízes; por fim, numa discussão das possíveis implicações deste cruzamento entre sociologia urbana e problemáticas ambientais.

1. O estatuto epistemológico da sociologia urbana

Servem estas breves notas para clarificar o ponto de partida da argumentação desenvolvida ao longo deste ensaio, concorrendo para a demarcação dos seus limites e das suas eventuais potencialidades. Começarei por apontar algumas das limitações do campo do saber habitualmente designado de ciências sociais. Prosseguirei discutindo o estatuto do conhecimento produzido nesta área, situando aqui o conhecimento produzido pela sociologia urbana e que serve de suporte à parte central deste ensaio.

De acordo com Thomas Kuhn, as ciências sociais em geral, tal como a sociologia em particular, existem num estado que poderíamos classificar de pré-paradigmático na medida em que:

- a) não possuem um vocabulário sólido e específico nem um conjunto de técnicas especializadas com limites e potencialidades bem definidas;
- b) não apresentam um programa de estudos claro, o que dificulta a aferição do aumento ou da melhoria do conhecimento produzido e disponível;
- c) qualificam de «teoria» discursos que frequentemente se resumem a uma retórica filosófico-social pouco preocupada em transformar-se através de um confronto sistemático e organizado com o real;
- d) reduzem a confrontação entre paradigmas a querelas entre escolas e modas, unicamente resolúveis por recurso a critérios exteriores àquilo que Kuhn qualifica de ciência normal;

- e) não é líquida a existência de uma constelação de crenças e valores partilhada pelos membros da comunidade (cf. Kuhn, 1983).

A esta situação podemos acrescentar dificuldades adicionais. Por exemplo, a dependência até agora insuperável, para as ciências sociais, entre as três questões que Kant considera fundamentais: o que é que sei? O que é que quero? O que é que devo fazer? As ordens do saber, do desejo e do dever encontram-se de tal forma enleadas que se torna difícil distingui-las umas das outras nos discursos e nas práticas. Paradoxalmente, talvez resida aqui uma boa parte do poder que as ciências sociais têm de definir a realidade em que vivemos...

Temos assim, para o caso da sociologia urbana, a seguinte situação: a ausência de um objecto teórico definido de forma homogénea, na medida em que a sociologia urbana pode ser acerca de tudo o que se passa numa cidade. Para além disso, ninguém sabe bem o que é uma cidade visto que os critérios da sua definição são variáveis (Saunders, 1995: 7) e remetem para, pelo menos, dois níveis distintos de análise: um nível descritivo, relativo à «realidade material concreta», e um nível interpretativo, que diz respeito às funções sociais do espaço urbano (Rémy e Voyé, 1994: 13). Na realidade, como dizem Savage e Warde (1993: 2), o rótulo *sociologia urbana* é algo que se aplica fundamentalmente por conveniência.

Dito isto, não deixa de ser manifesto que sob o rótulo de sociologia urbana já se produziu conhecimento importante. Seja o seu objecto definido em função da estrutura espacial, em função das dinâmicas de consumo colectivas, da experiência de vida dos urbanitas ou dos problemas urbanos, haverá em qualquer dos casos processos sociais concretos a descrever e explicar. Na falta de teorias integradoras num sentido forte, os investigadores do social terão de dedicar-se a tarefas aparentemente modestas como o confronto de conjecturas com o empírico e a descrição e comparação de abordagens já existentes. Neste caso em particular, conforme referido na Introdução, trata-se de apresentar alguns traços de duas concepções distintas de espaço urbano, comparando-as e revelando as problemáticas ambientais que cada uma delas permite visualizar, ou seja, trata-se de apresentar concepções do espaço urbano enquanto definidoras da realidade que habitamos. Em primeiro lugar, a cidade como formação psicológica e cultural e o modo de vida urbano; em segundo lugar, o urbano

como economia política e a cidade como unidade de consumo colectivo. A opção pela apresentação e análise destas duas abordagens, de entre outras que poderiam igualmente ser aqui tratadas, prende-se essencialmente com o facto de servirem bem o propósito deste ensaio: revelam claramente dois modos distintos de lidar com o mesmo objecto, um mais ligado ao simbólico, outro à dimensão material, e articulam-se com preocupações ambientais diversas (embora não mutuamente exclusivas). Resta dizer que, por motivos de espaço, tanto na apresentação da abordagem psico-culturalista como na da abordagem económica, optei pela exposição de acordo com a lógica do tipo-ideal tendo em vista o estabelecimento de contrastes tão claros quanto possível, isto em detrimento da apresentação de uma visão panorâmica e compreensiva, evidentemente impossível num espaço tão curto.

2. A cidade como formação psico-cultural e o modo de vida urbano

Conhecer a cultura da cidade, o modo de vida urbano, o estilo interactivo dos seus habitantes, é um desejo que vem dos primórdios da sociologia urbana, designadamente dos trabalhos da Escola de Chicago, nome pelo qual ficou famoso o Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago em virtude dos trabalhos realizados entre 1915 e 1940 (cf. Bulmer, 1984; Coulon, 1997; Harvey, 1987). Logo na primeira página de um texto fundamental da Escola de Chicago, Robert Park, figura emblemática da Escola, afirma o seguinte: «A cidade (...) é mais do que uma mescla de indivíduos e conveniências sociais (...); é também mais do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos (...). A cidade é, fundamentalmente, um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições, bem como a organização das atitudes e sentimentos inerentes a esses costumes, transmitidos por essa tradição. (...) A cidade tem (...) a sua própria cultura» (Park, Burgess e McKenzie, 1967: 1). De acordo com Castells (1984: 61-62), a teoria da existência de uma cultura urbana assenta em duas teses fundamentais: por um lado, a especificidade do sistema cultural das sociedades modernas, industriais e capitalistas; por outro lado, a produção desse sistema em territórios particulares – as cidades.

No entanto, previamente ao desenvolvimento e consolidação da Escola de Chicago foram produzidos trabalhos seminais na área da cultura urbana por um autor que veio a influenciar decisivamente as orientações seguidas pela Escola – refiro-me a Georg Simmel, sociólogo alemão de quem Robert Park foi discípulo.

No seu famoso ensaio «A metrópole e a vida do espírito», datado de 1903, Simmel examina a articulação entre as transformações ocorridas na organização social da cidade moderna e a existência quotidiana dos seus habitantes, os seus modos de relacionamento e as suas representações do mundo. Referindo-se explicitamente à «intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e acentuada dos estímulos internos e externos» (Simmel *in* Fortuna, 1997: 31), Simmel afirma como «essência da modernidade (...) o psicologismo, a experiência e a interpretação do mundo em termos das reacções da nossa vida interior (...) a dissolução de conteúdos fixos no elemento fluido da alma, a partir do qual se filtra tudo o que é substantivo e cujas formas são apenas formas de movimento» (Simmel *in* Frisby, 1985: 46). Não se julgue, no entanto, que a isto corresponde um processo de auto-conhecimento do indivíduo ou um desenvolvimento dos valores do espírito. Para Simmel, o que acontece é precisamente o oposto: o psicologismo, o movimento que cada indivíduo executa no sentido de se virar para dentro de si mesmo, é, na cidade moderna, mais um gesto negativo do que positivo. Negativo porque consiste numa reacção adaptativa a condições exteriores, traduzindo-se num ímpeto de carácter racional orientado para a protecção da personalidade relativamente à sucessão de flutuações no mundo externo, isolando o sujeito e degenerando a sua personalidade. Estas condições exteriores consistem não só num mero aumento quantitativo da metrópole em termos da sua dimensão demográfica ou densidade populacional, mas também em transformações qualitativas cruciais, como sejam o crescimento da divisão do trabalho e a monetarização da economia. O curioso neste processo é que, como a «qualidade do dinheiro reside exclusivamente na sua quantidade» (Simmel *in* Savage e Warde, 1993: 112), as próprias transformações de carácter qualitativo acabam por ser reconduzidas a questões de quantidade, jogando-se e resolvendo-se nesse plano. Por outras palavras, as diferenças qualitativas acabam por ser reduzidas a diferenças quantitativas, surgindo o dinheiro como uma espécie de mínimo denominador comum nas rela-

ções entre sujeitos. Se assim podemos dizer, as diferenças de carácter indiferenciam-se enquanto tais, reconvertendo-se em diferenças de número. Por esta via chegamos à seguinte situação: indivíduos progressivamente virados para si mesmos interagem uns com os outros através da mediação de um mínimo denominador comum mensurável e calculável.

Na interacção metropolitana, desenvolvida de forma permanente e em larga escala, os indivíduos tendem a comportar-se uns perante os outros simultaneamente como «estranhos», isto é, como sujeitos próximos na medida em que partilham elementos de natureza social, ocupacional e humana, e como sujeitos distantes na medida em que tais elementos se prolongam para além deles; por outras palavras, a estranheza resulta menos da diferença do que da percepção de que a partilha não é uma propriedade específica, ou sequer característica, da relação em causa. A partilha é pois, também ela, a de um mínimo denominador comum. Resta acrescentar que, para Simmel, «A atitude psico-intelectualista e a economia monetária encontram-se de tal maneira interligadas que é impossível garantir se foi a primeira que deu origem à segunda ou vice-versa» (Simmel *in* Fortuna, 1997: 33)¹.

Assim, as características da forma cultural dos contextos urbanos modernos tal como apresentadas por Simmel podem ser sintetizadas nos seguintes elementos:

- a) intelectualismo: significando que os sujeitos regulam a sua acção pelo uso da racionalidade e pela contenção das emoções e impulsos;
- b) calculismo: necessário para lidar com ambientes complexos e extensos, em que a interacção é orientada pelo e para o quantitativo, pela e para a coisa;
- c) atitude *blasé*: indiferença perante as coisas, desvalorização das diferenças entre as coisas, incapacidade de reacção adequada a novos estímulos;
- d) reserva mental: atitude de indiferença ou mesmo aversão em relação ao outro, o que possibilita a protecção do eu na extraordinária diversidade, fugacidade e permanência dos contactos na metrópole (cf. Savage e Warde, 1993: 111; Fortuna, 1997: 10).

¹ Serve esta chamada de atenção para esclarecer que Simmel não produz propriamente uma análise de relação causa-efeito entre transformações socioeconómicas e transformações psico-culturais.

Graças a estes componentes culturais, o indivíduo urbano adquire um novo sentido de si, novas noções de autonomia e liberdade individual. Trata-se, porém, de uma autonomia e de uma liberdade mais funcionais do que espirituais, mais assentes numa progressão da cultura objectiva do que num desenvolvimento da cultura subjectiva. É neste contexto que surgem novas formas de individualização, por vezes extremas, que são tanto uma revolta contra a objectificação do mundo como uma tentativa de reconquista de si. Assinale-se, no entanto, conforme refere Simmel, que «sejam nós adeptos ou opositores dos modos particulares sob que as metrópoles se expressam, estas continuam acima e para além da mais acertada das nossas avaliações. Na medida em que estas qualidades da metrópole foram integradas, por intermédio da nossa efêmera existência, quais células isoladas, nas origens, bem como no culminar da totalidade histórica de que fazemos parte, a nossa missão não é a de as condenarmos ou aceitarmos, mas tão-só a de as compreendermos» (Simmel, 1997: 42-43).

Um outro autor que buscou compreender as qualidades das cidades modernas foi Walter Benjamin. Nome conhecido fundamentalmente nos domínios da filosofia e da crítica literária, Benjamin dedicou-se igualmente, de uma forma extremamente original, ao estudo da urbanidade moderna (Savage e Warde, 1993: 123). Infelizmente, um projecto que ocupou boa parte dos últimos anos da sua vida – o *Pasagen-Werk* (o projecto das Arcadas) – nunca chegou a ser completado devido à sua morte prematura por suicídio, em 1940, durante uma tentativa de fuga do regime nazi. Não negando as teses de Weber – partilhadas, aliás, por Simmel – acerca do «desencanto do mundo» moderno provocado pelo triunfo da razão formal e da burocracia, Benjamin assinala contudo que, «no quadro do capitalismo, a industrialização tinha produzido um reencantamento do mundo social e, através dele, uma «reactivação dos poderes míticos» (Buck-Morss, 1993: 253-254). Com base nos trabalhos de Marx e Freud, de Proust e dos surrealistas, Benjamin constrói uma visão idiossincrática da modernidade – especificamente da cidade moderna industrial e capitalista – como um mundo de sonhos: a cidade onde a inovação tecnológica transforma o quotidiano, onde a publicidade refaz as relações entre os sujeitos e as coisas, onde as mercadorias de consumo – sejam objectos ou sujeitos – são os novos deuses e a arquitectura e o espaço urbano os lugares onde essa mitologia aguarda que sobre ela se desenvolva um trabalho de interpretação (cf. Buck-Morss, 1993:

253-262). E assim se entende, conforme indica Fortuna, que na cidade industrial capitalista o valor de representação das mercadorias se sobreponha ao seu valor de uso e mesmo ao seu valor de troca (1997: 13-14). Neste ponto, a recordação da análise que Simmel efectua acerca da recondução de diferenças qualitativas a diferenças meramente quantitativas aponta para a densidade das questões presentes na relação do habitante da metrópole com a mercadoria: se no plano do sonho ela adquire um carácter mitológico e singular, no plano social resume-se a mais uma coisa, apropriável pelo uso da mais coisificada das coisas – o dinheiro. Assim, talvez se possa dizer que, quanto mais mitológica for a mercadoria desejada, mais o seu consumo se arrisca a ser frustrante na medida em que o acesso à mais interessante qualidade depende do uso da mais banal quantidade; a relação entre o sujeito e o objecto admirado avança sempre ao longo fio da navalha. A destruição sucessiva de objectos admirados pelo acto do seu consumo pode conduzir ao cansaço, à indiferença, ao esvaziamento e, nesse sentido, à morte do próprio consumidor. Por outro lado, o caminho de acesso ao mito é claro para todos os membros da comunidade e a expectativa do consumidor é a de que o contacto com o mito-mercadoria lhe traga um novo sopro de vida. Encontramo-nos assim perante a curiosa situação de questões de vida e morte se banalizarem não só pela frequência quotidiana, mas também pelo facto de serem jogadas pelo recurso a um objecto banal: o dinheiro.

Muito embora Benjamin acentuasse o valor das experiências individuais e defendesse que os significados objectivos não são apreensíveis apenas por análises de tipo intelectual, exigindo a exploração dos sonhos, das fantasias e dos desejos que compõem o nosso entendimento das cidades, a sua preocupação última eram as questões históricas e materiais (Savage e Warde, 1993: 133). Defendendo a tese do sonho como fenómeno colectivo, Benjamin argumentava acerca da necessidade de acordar desse sonho; esse acordar colectivo seria, como refere Buck-Morss, «sinónimo de uma consciência de classe revolucionária» (1993: 253). Porém, se o fim último do esforço de Benjamin pode ser enquadrado num desejo de tipo marxista, já o seu método de trabalho é totalmente não ortodoxo.

Como diz Hannah Arendt, «inspirado pela noção marxista de superestrutura, Benjamin centra-se sobre as ligações entre o material e o espiritual» (*in*

Benjamin, 1992: 17). Benjamin procede de uma forma que Horkheimer caracteriza como «excepcional» na medida em que procura «entender uma época a partir dos pequenos sintomas da superfície» (cit. *in* Frisby, 1985: 200). Concretizando, o método de Benjamin passa pela análise da relação entre o espaço urbano e suas formas com as experiências individuais e colectivas tal como vão ocorrendo em contextos sócio-culturais concretos. Nas palavras de Savage e Warde, «Explorando tanto as ruínas da paisagem urbana como os celebrados centros urbanos, torna-se possível revelar a amplitude de possibilidades existentes noutros períodos, e assim revelar os sonhos e as esperanças implícitas em formas urbanas actualmente negligenciadas (1993: 136)». Se a passagem anteriormente citada se refere fundamentalmente a uma espécie de arqueologia histórica peculiar a Benjamin, isso não significa que tal estratégia metodológica não possa ser mais generalizadamente aplicada ao estudo de formas urbanas actuais. Esta investigação tanto das margens como do centro urbanos, dos interstícios como do núcleo das cidades, visa desvelar os significados ocultos, profundos, da vida e da cultura urbanas, habitualmente cobertos por explicações comuns.

O método de Benjamin, em si, nada reivindica de científico no sentido convencional do termo; trata-se mesmo de uma estratégia em boa medida importada do campo da crítica de arte. Em primeiro lugar, a noção de aura assume um papel central no seu trabalho, podendo dizer-se, assumindo uma simplificação excessiva, que o seu objectivo consistia na descoberta e compreensão da aura das cidades. Se as obras de arte possuem, pelo menos antes do advento da sua reprodução mecânica (em filme, fotografia, etc.) uma aura própria, resultado do seu carácter único, da sua relação com uma determinada tradição, da sua distância em relação a um observador ao qual, no entanto, não deixam de devolver o olhar, as cidades podem também ser entendidas como objectos auráticos na medida em que são objectos únicos, não passíveis de reprodução mecânica (cf. Savage e Warde, 1993: 134-135; Buck-Morss, 1993: 194). Assim, enquanto Simmel procedeu, de certa forma, a uma equivalência entre a cultura urbana e a cultura da modernidade, Benjamin procura a aura específica de cada cidade; se na perspectiva do primeiro a cultura urbana é um dado geral, na do segundo é um objecto particular.

Se a identificação da aura é o objectivo final, as figuras do *flâneur*, do

arqueólogo e do coleccionador são as metáforas que orientam a pesquisa, a escavação através das camadas das realidades humana e urbana – as arcadas, a cidade, o submundo – de forma a revelar os «estratos primordiais da experiência, atravessando, por assim dizer, os labirintos da consciência humana, da memória» (Frisby, 1985: 211; cf. Neves, 1998). Das três figuras mencionadas, a do *flâneur* é inegavelmente aquela à qual Benjamin confere maior relevo. Tipo social nascido da cultura urbana moderna, tem em Baudelaire, em quem Benjamin se inspira, o seu arquétipo e o seu primeiro teórico. O *flâneur* é, ao seu modo, um analista da cidade por onde caminha: avançando lenta e distraidamente pelas ruas, podendo assim absorvê-las sem ser por elas absorvido, disponível para ser interpelado pelas memórias, percorrendo continuamente o espaço entre a percepção e o conhecimento, entre a experiência e a memória, torna estranho aquilo que é familiar e familiar aquilo que é estranho (cf. Jenks e Neves, 2000: 4). É desta posição perceptiva específica que surge a possibilidade de construção de um discurso alternativo acerca da realidade observada e vivida. O *flâneur* coloca-se assim num ponto distinto do habitante *blasé* da metrópole simmeliana: «Não mais o habitante (...) bombardeado por estímulos e abalado na sua carapaça, o *flâneur* deve afastar a «atitude *blasé*» e proceder a uma apreciação crítica da falsidade, da mentira e da duplicidade que constituem o centro da volátil rede de significados da modernidade (...)» (Jenks, 1995: 153). Só assim poderá dar origem a uma fenomenologia da forma urbana que, baseada numa sociologia do quotidiano, permita uma análise de elementos estruturais da modernidade e da urbanidade.

Quais são, então, as problemáticas ambientais que derivam da abordagem psico-culturalista à vida urbana?

Em primeiro lugar, todas aquelas que se desenvolvem mais a partir de uma preocupação com a adaptação dos sujeitos ao meio ambiente urbano do que com o meio ambiente propriamente dito. Podemos identificar duas dimensões adaptativas cruciais – a física e a psicológica – que em conjunto operam no sentido de (re)construir a identidade dos sujeitos e permitir a sua apresentação pública de uma forma socialmente aceitável. Actualmente, num contexto de indiferença e estranheza travestido de contexto de respeito pelas diferenças, a aceitabilidade de um comportamento ou opinião reside, em grande parte, na sua afirmação de autenticidade. Trata-se, contudo, de autenticidade num sentido fraco:

tem mais a ver com a afirmação retórica de si do que com a problematização da relação com o outro; corresponde ao desejo narcísico de gratificação imediata do corpo e da mente, no fundo, ao consumo de si. Ser autêntico – logo, ser bom – é cumprir o meu desejo e poder revelá-lo aos outros enquanto tal. Como bem diz Giddens, neste contexto a autenticidade substitui-se à dignidade, importando mais a relação consigo próprio do que com os outros (1994: 157). Recorde-se que Simmel afirmava como característica da metrópole moderna o psicologismo, ou seja, a inflexão dos indivíduos para o interior de si mesmos.

Quase um século mais tarde, Giddens vem dizer-nos que, no mundo contemporâneo, o *self* e a sociedade se interrelacionam num meio global e o *self* torna-se um projecto reflexivo, que deve «ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de ligação entre a mudança pessoal e a mudança social» (Giddens, 1994: 30). Tal significa que a construção reflexiva de si, processo distintivo da época contemporânea, assenta no calculismo e no intelectualismo já há muito assinalados por Simmel. É assim que os sistemas abstractos, que têm no conhecimento técnico-científico e no dinheiro os seus paradigmas, se envolvem cada vez mais na formação e manutenção do *self*, da socialização primária à disseminação do conhecimento socio-psicológico, atingindo o seu ponto mais elevado nas terapias, fundamentalmente nas de tipo psicológico, mas revelando-se nitidamente também nos projectos de reconstrução e redefinição do corpo e seus significados, dos ginásios às operações estéticas. Antes de trabalhar sobre o meio ambiente, o sujeito precisa de trabalhar sobre si próprio, o seu corpo e a sua mente. Recorrendo agora à terminologia foucaultiana, poderíamos dizer que os sujeitos procuram crescentemente «(...) o «cuidado de si» através das «técnicas de si». Estas são técnicas que permitem ao indivíduo efectuar por si próprio e sobre si próprio um certo número de operações sobre o seu corpo, o seu comportamento e os seus pensamentos com vista a uma mudança que conduza a um estado de bondade e de perfeição» (Carvalho, 2001: 59). Das terapias *new-age* à busca da autenticidade, da preparação do corpo para lidar com as dificuldades do quotidiano à transformação de si num projecto estético, o sujeito cria-se, recria-se e disciplina-se, procurando mais uma adaptação eficaz e confortável à organização social e ambiental do que o seu questionamento ou transformação. O sujeito dedica-se agora a si próprio: pela primeira vez na História, podemos dar-nos ao luxo de brincar a

sermos humanos. Como dizia Benjamin, os mitos urbanos modernos – mercadorias, publicidade, tecnologia – continuam à espera de um trabalho de interpretação que transforme o seu entendimento e o seu uso; que transforme igualmente o seu encanto mortal.

A própria opção por um estilo de vida ecológico pode também, como diz Lipovetsky, relevar de um individualismo utilitarista e adaptativo que, embora reivindicando melhores condições de vida, raramente contempla a realização de sacrifícios para a sua obtenção (2000: 273-281). Lipovetsky afirma mesmo que tal opção por uma ética ecológica do devir, na medida em que estende «ao animal e à biosfera a noção de fim em si, sacralizando as obrigações para com o não-humano», contribui para fortalecer a «espiral da desvalorização pós-moralista dos deveres inter-humanos» (2000: 276). Trata-se de uma ética indolor, no dizer de Lipovetsky, entre outras coisas porque afirma mais direitos que deveres e tem como motor fundamental a questão da qualidade de vida. Paradoxalmente, talvez a figura descontraída mas atenta do *flâneur* pudesse recuperar o sentido do humano, articulando as memórias com o presente, o espaço com o caminho percorrido, construindo um discurso diferente acerca do real que tornasse clara a falta de consistência dos significados da modernidade.

Quando Giddens, por sua vez, afirma que a modernidade é uma «cultura do risco» (1994: 3), no fundo está a afirmar que a modernidade se encontra extraordinariamente preocupada com o controlo da vida e a previsão do futuro. No meu entender, esta cultura (da prevenção) do risco, cujas raízes podemos encontrar na vida mental do habitante da metrópole tal como descrita por Simmel, acarreta uma desqualificação da vida quotidiana na medida em que isola os sujeitos das grandes questões morais da humanidade e reduz a solução dos seus problemas às dimensões da racionalidade, funcionalidade, técnica e economia. Desta constatação se passa ao ponto seguinte deste ensaio.

3. O urbano como economia política e a cidade como unidade de consumo colectivo

Um marco fundamental no início da abordagem à economia política do urbano é *A Condição da Classe Operária em Inglaterra*, da autoria de Friedrich

Engels, publicada originalmente em 1845 e escrita quando o seu autor tinha apenas 24 anos de idade. Nessa obra, produzida no auge da Revolução Industrial e num período de grande expansão imperialista inglesa, marcado igualmente pela emergência dos movimentos trabalhistas, Engels desenvolve uma análise aprofundada da relação entre o processo de produção capitalista e a cidade. Aqui, a forma construída da cidade surge como expressão de uma determinada organização social. Combinando uma observação detalhada das configurações do espaço urbano e das condições de vida dos operários com uma análise político-económica, Engels (tal como Marx), vê a cidade como catalizador das contradições das sociedades capitalistas. De acordo com Saunders, «Marx e Engels estudam a cidade capitalista de duas formas: primeiro, como ilustração ou microcosmos de processos que, a outro ritmo, acontecem em toda a sociedade capitalista; segundo, como condição crucial para o desenvolvimento de determinados processos nessa sociedade» (1995: 25). Assim sendo, a cidade é secundária relativamente ao processo de produção capitalista, sua consequência e não sua causa, muito embora lhe seja, a partir de determinado momento histórico, imprescindível. No entanto, e de acordo com o esquema materialista dialéctico, será igualmente na cidade que se criarão as condições para a crescente consciência de classe do proletariado, para a emergência de movimentos sociais e, por fim, para a desejada transição do capitalismo para o socialismo. Será inspirado por esta abordagem marxista ao espaço urbano que Manuel Castells desenvolverá a ideia da cidade como espaço de consumo colectivo, sendo que o consumo colectivo se refere aos serviços fornecidos colectivamente, habitualmente pelo Estado, como por exemplo a habitação para as classes economicamente desfavorecidas, a saúde, a educação, alguns transportes e meios de comunicação.

Antes de mais, realce para o carácter inovador da análise de Castells que, embora de inspiração marxista, desloca o centro de atenção da dimensão produtiva para a esfera do consumo. Para Castells, esta deslocação encontra a sua justificação em dois elementos fundamentais: por um lado, os problemas urbanos equivalem-se progressivamente a problemas de organização dos processos sociais de consumo colectivo e «em muitos aspectos, [aos] problemas essenciais postos às sociedades industriais avançadas» (Castells, 1984: 209); por outro lado, os processos de consumo colectivo constituem espaço privilegiado para a análise da actuação do Estado nas sociedades de bem-estar.

Em sociedades crescentemente ditas «de consumo», o consumo desempenha, evidentemente, um papel central. Para Castells, a centralidade do consumo revela-se não só no facto de conferir sentido ao processo de produção, mas também no facto de ter como principal função a reprodução e a revitalização da força de trabalho. Como diz Castells, «As unidades urbanas parecem assim estar para o processo de reprodução tal como as empresas estão para o processo de produção» (cit. in Saunders, 1995: 188). Num movimento paralelo, as populações e o consumo concentram-se em unidades espaciais (as cidades), e «o Estado assume progressivamente a responsabilidade pela provisão dos serviços de consumo. (...) Logo, o espaço urbano e a reprodução da força de trabalho cada vez mais dependem do grau e do tipo de provisão estatal dos meios de consumo necessários e cada vez mais são por eles influenciados. Daqui se segue que, à medida que o consumo se colectiviza, a questão urbana torna-se uma questão política» (Saunders, 1995: 189).

A dada altura do seu percurso, Castells defendeu que as questões relativas à provisão desses meios constituiriam fonte de mobilização política, podendo inclusivamente dar origem a movimentos sociais urbanos de protesto e reivindicação intimamente associados à luta de classes. Mais tarde, contudo, veio a abandonar a ideia da articulação estreita entre movimentos sociais urbanos e luta de classes. Para este ensaio recuperou-se, no entanto, a articulação entre processos de consumo colectivo e movimentos sociais (em boa parte de origem urbana) no intuito de explicar, pelo menos parcialmente, as bases de alguns novos movimentos sociais de pendor ecologista. No fundo, trata-se essencialmente de actualizar um olhar sobre o real, que se na formulação original de Castells apresenta *conteúdos* um tanto ou quanto ultrapassados, preserva no entanto potencial explicativo enquanto *forma* de análise dos processos sociais. Por outras palavras, se a problematização original de Castells se centrava sobre as tentativas de melhoria das condições urbanas através da contestação dos padrões de consumo colectivo levada a cabo por grupos de protesto constituídos em torno das questões de classe, a actualização dessa análise faz-nos dirigir a atenção para as tentativas de melhoria da qualidade de vida (às escalas local e global) levadas a cabo por movimentos de pressão e protesto constituídos em torno das questões do ambiente através, entre outras coisas, da contestação dos padrões de consumo colectivo. Mas regressemos, para já, à formulação inicial

de Castells, retomando-a no ponto em que a havíamos deixado: as lutas de classe urbanas ou, por outras palavras, a *questão urbana* (título do livro provavelmente mais famoso de Castells, escrito no período entre 1969 e 1971).

Na dimensão do consumo, a questão urbana radica na distribuição diferenciada dos produtos e no acesso igualmente diferenciado dos indivíduos e grupos – em função da posição de classe que ocupam na estrutura social – a esses mesmos produtos. Para lidar com a questão urbana desenvolve-se o *planeamento urbano* que, para Castells é «em geral, e nos limites estruturais de uma determinada sociedade, a intervenção do sistema político sobre o sistema económico, a fim de superar as situações sem saída que se verificam neste. Esta intervenção pode centrar-se essencialmente sobre dois problemas: a reprodução da força de trabalho ou a reprodução dos meios de produção» (Castells, 1984: 79). Nesta perspectiva, como diria Ledrut, o planeamento urbano não é «uma ciência normativa das boas formas urbanas» mas sim «um meio de controlo social da ordem urbana» (cit. in Castells, 1984: 213), controlo esse exercido pelas instituições políticas e administrativas. O planeamento urbano constitui portanto um instrumento com uma dimensão política fundamental, bem visível no seu trabalho de mediação entre os interesses e pressões das diversas fracções das classes dominantes e dominadas (cf. Saunders, 1995: 198).

Paralelamente ao desenvolvimento deste planeamento urbano emergem, a partir de outros pontos da estrutura social, diferentes dispositivos e mecanismos de regulação que correspondem a outras formas de lidar com os problemas urbanos que, tal como assinalado anteriormente, correspondem em grande medida aos problemas fundamentais das sociedades avançadas e do próprio planeta. Conforme diz Boaventura de Sousa Santos, assistiu-se, nas últimas três décadas, ao deslocamento da tradicional luta de classes para a emergência de novos movimentos sociais constituídos em torno de interesses não especificamente de classe, como sejam os movimentos pacifista, feminista e ecológico. Para este autor, um marco distintivo fundamental destes novos movimentos sociais «reside em que constituem tanto uma crítica da regulação social capitalista, como uma crítica da emancipação social socialista tal como ela foi definida pelo marxismo» (Santos, 1994: 222). Isto significa que não se limitam à observação e análise das relações de produção mas, pelo contrário, chegam mesmo a «advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar

material do que na cultura e na qualidade de vida» (Santos, 1994: 222). No caso que aqui nos interessa particularmente – os movimentos ecológicos – trata-se de tomar como terreno de luta e reivindicação, entre outras coisas, a esfera do consumo. Esta esfera afigura-se particularmente relevante na medida em que as questões do ambiente são claramente jogadas no plano do longo prazo, envolvendo todas as gerações futuras, e no plano da transnacionalidade, envolvendo todos os pontos do globo. É por isso que, como bem diz Boaventura de Sousa Santos, as questões ambientais podem constituir um espaço privilegiado para «um exercício de solidariedade transnacional e intergeracional» (Santos, 1994: 256). Se há 150 anos atrás o *progresso* da humanidade se jogava no tabuleiro da *produção*, podemos dizer que, actualmente, a sua *sobrevivência* se joga, em boa parte, no tabuleiro do *consumo*: em ambos os casos, as cidades desempenham um papel fundamental, tanto enquanto espaços centrais de produção e consumo, como na sua qualidade de centros de decisão.

À medida que o consumo se torna gradualmente objecto de regulação, torna-se progressivamente espaço de confrontação e adquire relevância social acrescida. Neste processo assiste-se, creio, a um alargamento do *consumo colectivo* de que falava Castells: a definição restrita, de carácter exclusivamente material, centrada sobre os serviços fornecidos colectivamente, alarga-se e passa a incorporar uma realidade progressivamente reflexiva, centrada tanto sobre a posição que os sujeitos decidem ocupar perante o consumo como sobre as estratégias (e necessidades) de regulação global e intergeracional desenvolvidas quer pelo Estado quer por outras organizações.

Para além disso, mesmo no que se refere aos serviços fornecidos colectivamente, existe um alargamento fundamental para o tema em questão: não só eles incluem, na esfera do consumo propriamente dita, crescentes preocupações de nível ambiental (vide os autocarros eléctricos, as crescentes limitações às emissões de CO² pelos veículos motorizados, a utilização de materiais de construção *environment-friendly*, as tentativas de realização do Dia Europeu sem Carros, etc.), como se estendem à esfera do pós-consumo, ou seja, à *reciclagem*. Podemos pensar aqui numa diversidade de comportamentos que o cidadão deve actualmente observar para poder ser considerado exemplar: já não lhe basta cumprir os deveres para com os seus concidadãos, mas deverá igualmente prestar atenção às gerações futuras, a seres humanos que nunca

conheceu nem nunca conhecerá, bem como ao próprio planeta que habita. Deverá reciclar, separar os detritos resultantes dos seus consumos, colocá-los em recipientes apropriados, poupar água e electricidade, poupar combustível andando a pé, de bicicleta ou recorrendo aos transportes públicos, utilizar vaporizadores sem CFC...

O crescimento exponencial do consumo ao longo das últimas décadas, bem como o surgimento de novos produtos com impacte profundo no meio ambiente, tornaram a ecologia cada vez mais um tema de análise económica. Progressivamente escassa, a qualidade do meio ambiente adquire um valor de troca sem precedentes. Se recuarmos 500 anos, até à época dos Descobrimentos, verificamos que o valor dos produtos dependia em boa medida, tal como hoje, da sua raridade. No entanto, há 500 anos atrás essa raridade era fundamentalmente fruto das distâncias a percorrer e da dificuldade de conservação de muitos produtos perecíveis – fruto, portanto, de um certo *exotismo* dos produtos. Hoje em dia verificamos o aparecimento de um outro parâmetro para avaliação da raridade de um produto: o carácter *natural*, orgânico ou biológico da sua produção. Hoje, tudo está perto mas quase nada cresce naturalmente. É neste contexto de artificialidade da produção e de explosão de novas necessidades de consumo que a regulação do consumo e do pós-consumo colectivos adquirem uma centralidade sem precedentes. É fácil concordar com Goldblatt quando este afirma que «os consumidores devem estar informados sobre as origens e implicações ecológicas de consumirem os produtos que compram» (1996: 150). E é aqui que, em boa parte, se joga a definição do tipo de cidade e do tipo de cidadania desejados por organizações de âmbito diverso e com interesses opostos. Sabendo-se que cerca de 80% da população dos países industrializados vive em cidades, a pertinência do problema é evidente.

4. Conclusão

Regressando agora ao ponto 1. deste ensaio, relativo ao estatuto epistemológico da sociologia urbana, talvez possa arriscar dizer o seguinte: se ainda hoje Thomas Kuhn parece ter razão relativamente ao carácter pré-paradigmático das ciências sociais, isso não significa que elas nada tenham a dizer ou que nada

digam que valha a pena escutar. A leitura centenária do texto de Simmel, por exemplo, revela-se não só extraordinariamente actual no que diz respeito ao seu objecto específico (a vida mental do habitante da metrópole), como permite a compreensão de um conjunto de representações e comportamentos relativos a questões que, à época de Simmel, eram praticamente impensáveis. Assim, se as ciências sociais são incapazes de prever o futuro, são seguramente capazes de o moldar, e eventualmente de o conter nos seus discursos, nas suas análises, nas suas interpretações. Nisto reside o seu potencial – e o seu enorme perigo.

Contacto: Tiago Neves, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua do Campo Alegre, 1021-1055, 4169-004 Porto
Email: tiago@fpce.up.pt

Referências bibliográficas:

- BENJAMIN, Walter (1992) *One Way Street and Other Writings*, Londres: Verso.
BUCK-MORSS, Susan (1993) *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project*, Londres: The MIT Press.
BULMER, Martin (1984) *The Chicago School of Sociology: Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research*, Chicago: The University of Chicago Press.
CARVALHO, Maria Manuela (2001) *O Poder e o Saber*, Porto: Campo das Letras.
CASTELLS, Manuel (1984) *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa: Editorial Presença.
COULON, Alain (1997) *L'École de Chicago*, Paris: PUF.
ENGELS, Friedrich (1987) *The Condition of the Working Class in England*, Londres: Penguin Books.
FORTUNA, Carlos (1997) (org.) *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras: Celta Editora.
FRISBY, David (1985) *Fragments of Modernity. Theories of Modernity in the Works of Simmel, Kracauer and Benjamin*, Cambridge: Polity Press e Basil Blackwell.
GIDDENS, Anthony (1994) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta Editora.
GOLDBLATT, David (1996) *Teoria Social e Ambiente*, Lisboa: Instituto Piaget.
HARVEY, Lee (1987) *Myths of the Chicago School of Sociology*, Aldershot: Avebury.
JENKS, Chris (1995) *Visual Culture*, Londres: Routledge.
JENKS, Chris e NEVES, Tiago (2000) «A Walk on the Wild Side: Urban Ethnography Meets the Flâneur», *Cultural Values*, 4, 1, Janeiro.
KUHN, Thomas (1983) *La Structure des révolutions scientifiques*, Paris: Flammarion.
LIPOVETSKY, Gilles (2000) *Le Crépuscule du devoir*, Paris: Gallimard.
NEVES, Tiago (1998) «Surrealismo e Etnografia: Debates Antigos, Relações Actuais», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXVIII, (3-4).

- PARK, Robert; BURGESS, Ernest e MCKENZIE, Roderick (1967) *The City*, Chicago: The University of Chicago Press.
REMY, Jean e VOYE, Liliane (1994) *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?*, Porto: Edições Afrontamento.
SANTOS, Boaventura de Sousa (1994) *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
SAUNDERS, Peter (1995) *Social Theory and the Urban Question*, Londres: Routledge.
SAVAGE, Mike e WARDE, Alan (1993) *Urban Sociology, Capitalism and Modernity*, Londres: MacMillan.
SIMMEL, Georg (1997) «A Metrópole e a Vida do Espírito», in Carlos Fortuna (org.) *Cidade, Cultura e Organização*, Oeiras: Celta Editora.

